

Usina Paulista  
Lavrinhas de  
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis 31  
de dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Administradores e Acionistas da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de Março de 2024, sem modificação.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de Março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

# Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>23.456</b>	<b>18.103</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	56	300
Investimentos de curto prazo	5	12.959	8.943
Títulos e valores mobiliários	6	3.194	3.407
Contas a receber de clientes	7	6.939	5.146
Despesas pagas antecipadamente		306	305
Outros ativos		2	2
<b>Não circulante</b>		<b>199.832</b>	<b>200.177</b>
Depósitos Judiciais		3	3
Imobilizado	8	185.749	185.425
Intangível	9	14.080	14.749
<b>Total do ativo</b>		<b>223.288</b>	<b>218.280</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>15.604</b>	<b>21.449</b>
Fornecedores	10	2.215	2.285
Empréstimos e financiamentos	11	3.718	11.075
Arrendamentos	16.1	71	56
Salários, férias e encargos sociais		1.559	1.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	894	550
Outros tributos a recolher	12	541	425
Dividendos declarados	16.1	6.469	5.928
Outros passivos		137	103
<b>Não circulante</b>		<b>8.501</b>	<b>12.417</b>
Empréstimos e financiamentos	11	-	3.675
Arrendamentos	16.1	112	156
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	4.714	4.911
Provisões de constituição de ativos	14	3.675	3.675
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>199.183</b>	<b>184.414</b>
Capital social	17	95.224	95.224
Reserva de lucros		103.959	89.190
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>223.288</b>	<b>218.280</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Usina Paulista Lavinhas de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	61.612	54.943
Custos operacionais	19	(28.203)	(24.736)
<b>Lucro bruto</b>		<b>33.409</b>	<b>30.207</b>
<b>Despesas (Receitas) operacionais</b>	19	<b>(4.779)</b>	<b>(3.907)</b>
Despesas gerais e administrativas		(4.304)	(3.911)
Outras receitas e despesas operacionais		(475)	4
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>28.630</b>	<b>26.300</b>
Despesas financeiras	20	(815)	(1.824)
Receitas financeiras	20	1.793	2.696
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>29.608</b>	<b>27.172</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.567)	(2.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	197	438
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.238</b>	<b>24.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>27.238</b>	<b>24.958</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>27.238</b>	<b>24.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>95.224</b>	<b>9.897</b>	<b>75.632</b>	<b>-</b>	<b>180.753</b>
Dividendos intermediários	-	-	(15.369)	-	(15.369)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.958	24.958
Reserva Legal	-	1.247	-	(1.247)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.928)	(5.928)
Transferência para reserva de lucros	-	-	17.783	(17.783)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>95.224</b>	<b>11.144</b>	<b>78.046</b>	<b>-</b>	<b>184.414</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.238	27.238
Reserva Legal	-	1.362	-	(1.362)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.469)	(6.469)
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	-	-	19.407	(19.407)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>95.224</b>	<b>12.506</b>	<b>91.453</b>	<b>-</b>	<b>199.183</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.608	27.172
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	8 e 9	6.826	7.300
Encargos de dívidas	11.b	788	1.777
Encargos de dívidas arrendamentos		8	26
Receita de aplicações financeiras		(1.790)	(2.678)
Descontos financeiros obtidos		(2)	-
Atualização monetária clientes a receber	20	-	(17)
Baixa de ativos		973	214
Atualização monetária fornecedores	20	-	5
		<b>36.411</b>	<b>33.799</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(1.793)	478
Impostos a recuperar		-	90
Despesas pagas antecipadamente		(1)	(4)
Outros ativos circulantes		-	24
		<b>(1.794)</b>	<b>588</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores		(38)	(86)
Salários, férias e encargos sociais		532	145
Impostos e contribuições sociais a recolher		-	(431)
Tributos a recolher		(239)	-
Outros passivos circulantes e não circulantes		3	(9)
		<b>258</b>	<b>(381)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(1.868)</b>	<b>(9.297)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>33.007</b>	<b>24.709</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em investimentos de curto prazo		55.430	61.998
Resgates em títulos e valores mobiliários		526	424
Aplicações em investimentos de curto prazo		(57.969)	(55.787)
Adições no imobilizado	8	(7.421)	(2.843)
Adições no intangível	9	(4)	(32)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>(9.438)</b>	<b>3.760</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de dividendos		(11.928)	(20.492)
Amortização de principal do financiamento	11.b	(11.062)	(10.980)
Pagamento de juros do financiamento	11.b	(758)	(1.604)
Amortização de principal arrendamentos		(57)	(45)
Pagamento de juros de arrendamentos		(8)	(26)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(23.813)</b>	<b>(33.147)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(244)</b>	<b>(4.678)</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	300	4.978
Saldo no final do exercício	4	56	300
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(244)</b>	<b>(4.678)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1 Informações gerais

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala M, São Paulo - SP.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) por meio da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. por meio da Resolução nº 716/2006, de 3 de outubro de 2006. Por meio da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A.

A Usina possui duas turbinas hidrelétricas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN.

A autorização de exploração da usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação, tendo sido prorrogado o prazo da outorga por meio das Resoluções apresentadas abaixo:

Data da resolução	Despacho ANEEL	Descrição	Prazo de concessão
06/04/2004	Resolução Autorizativa nº 138	Prazo inicial. Autoriza a Companhia a constituir-se como produtor independente de Energia Elétrica	07/04/2034
07/07/2022	Resolução Homologatória nº 11.998/ 2.919/ 2.932	Extensão da concessão com indenização mensurada pela Aneel (vide nota explicativa 9).	14/04/2038
07/03/2023	Resolução Homologatória nº 13.908 (i)	Altera o prazo inicial da extensão da concessão a partir da data da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora.	03/09/2041
15/08/2023	Resolução Homologatória nº 3.242 (i)	Altera o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.	01/08/2048

(i) Sem efeitos contábeis a serem reconhecidos.

O Contrato de Concessão pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2025.

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

#### ***I. Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas;
- Nota 15 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - estimativa do risco;

## **II. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 – Imobilizado– taxa de depreciação;
- Nota 15 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## **3 Sumário das principais práticas contábeis materiais**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir

significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

## **Desreconhecimento**

### ***Ativo Financeiro***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.2 Redução ao valor recuperável**

### **Ativos financeiros não-derivativos**

#### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões de contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização e pela possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por até 30 (trinta) anos a critério do poder concedente. Se houver alterações no cenário regulatório ou surgirem fatos novos relacionados ao tema, as taxas em questão poderão ser revisadas, de modo a refletir a vida útil econômica adequada dos bens integrantes do ativo imobilizado.

### **3.5 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9.

### **3.6 Tributação**

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro presumido caixa.

#### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

### ***Imposto de renda e contribuição social – diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

## **3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

## **3.8 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

## **3.9 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a

energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado metade da Garantia Física (10,5 MW médio), a um preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 de R\$ 488,70 MW/h, reajustado pelo IGPM, e pelo período de suprimento de 15 anos.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.10 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

### **3.12 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

#### **Em vigor desde 1º de janeiro de 2024**

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

**Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

**Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Remuneração 31/12/2024 e 2023	31/12/2024	31/12/2023
Numerário disponível	-	56	299
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	1
		<b>56</b>	<b>300</b>

**5 Investimentos de curto prazo**

	Remuneração		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento - STA	94,99% do CDI	106,06% do CDI	<b>12.959</b>	<b>8.943</b>

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo de investimento não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Aplicação pós fixada	BNDES	94,35% do CDI	101,25% do CDI	<b>3.194</b>	<b>3.407</b>

Aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número nº 08.2.0975.1 e nº 10.2.0477.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da PCH Lavrinhos, o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáu.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira Fundo Topázio, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

## 7 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre	6.625	4.985
Suprimento de energia elétrica - Mercado de curto prazo/CCEE	314	161
	<b>6.939</b>	<b>5.146</b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

## 8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Outros*	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros*	31/12/2024
<b>Em serviço</b>											
Terrenos	-	2.467	-	-	-	-	2.467	-	-	-	2.467
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	110.984	5	-	-	-	110.989	-	-	-	110.989
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	44.614	772	-	51	-	45.437	-	-	-	45.437
Máquinas e Equipamentos	3%	99.595	2.039	(231)	-	-	101.403	7.338	(864)	-	107.877
Veículos	-	610	-	-	-	-	610	67	-	-	677
Móveis e Utensílios	6%	93	6	-	-	-	99	-	-	-	99
Direito de Uso sobre Arrendamento	11%	390	-	-	-	63	453	-	-	29	482
Em curso		51	21	-	(51)	-	21	16	(22)	-	15
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>258.804</b>	<b>2.843</b>	<b>(231)</b>	<b>-</b>	<b>63</b>	<b>261.479</b>	<b>7.421</b>	<b>(886)</b>	<b>29</b>	<b>268.043</b>
<b>Depreciação</b>											
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(26.023)	(2.351)	-	-	-	(28.374)	(2.351)	-	-	(30.725)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(11.725)	(1.062)	-	-	-	(12.787)	(1.086)	-	-	(13.873)
Máquinas e Equipamentos		(31.071)	(2.926)	17	-	-	(33.980)	(3.109)	366	-	(36.723)
Veículos		(596)	(3)	-	-	-	(599)	(3)	-	-	(602)
Móveis e Utensílios		(43)	(6)	-	-	-	(49)	(6)	-	-	(55)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(214)	(51)	-	-	-	(265)	(51)	-	-	(316)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(69.672)</b>	<b>(6.399)</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(76.054)</b>	<b>(6.606)</b>	<b>366</b>	<b>-</b>	<b>(82.294)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>189.132</b>	<b>(3.556)</b>	<b>(214)</b>	<b>-</b>	<b>63</b>	<b>185.425</b>	<b>815</b>	<b>(520)</b>	<b>29</b>	<b>185.749</b>

(\*) O valor na coluna de outros refere-se a remensuração do arrendamento.

## 9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa de amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	31/12/2024
<b>Em serviço</b>								
Servidões	1,40%	193	-	193	-	-	(1)	192
Software	1,40%	193	32	225	4	(87)	-	142
Outros intangíveis	1,40%	192	-	192	-	-	-	192
Extensão da Concessão (i)	5,34%	16.758	-	16.758	-	-	-	16.758
Em curso		14	-	14	-	-	-	14
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>17.350</b>	<b>32</b>	<b>17.382</b>	<b>4</b>	<b>(87)</b>	<b>(1)</b>	<b>17.298</b>
<b>Amortização</b>								
Software		(122)	(6)	(128)	(6)	-	-	(134)
Outros intangíveis		(192)	-	(192)	-	-	-	(192)
Direito de Extensão da Concessão		(1.418)	(895)	(2.313)	(579)	-	-	(2.892)
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.732)</b>	<b>(901)</b>	<b>(2.633)</b>	<b>(585)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.218)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>15.618</b>	<b>(869)</b>	<b>14.749</b>	<b>(581)</b>	<b>(87)</b>	<b>(1)</b>	<b>14.080</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável.

## 10 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	888	995
Retenção contratual	400	457
Compra de Energia	927	833
<b>Total</b>	<b>2.215</b>	<b>2.285</b>

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

## 11 Empréstimos e financiamentos

a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Encargos	Vencimento da dívida	31/12/2024			31/12/2023			
		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
<b>Moeda nacional - circulante</b>								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	01/04/2025	3.263	10	3.273	9.707	44	9.751
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	01/04/2025	443	2	445	1.318	6	1.324
<b>Total</b>			<b>3.706</b>	<b>12</b>	<b>3.718</b>	<b>11.025</b>	<b>50</b>	<b>11.075</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>								
BNDES nº 08.2.0976.1	TJLP + 1,93%	15/01/2025	-	-	-	3.236	-	3.236
BNDES nº 10.2.0477.1	TJLP + 2,22%	15/01/2025	-	-	-	439	-	439
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.675</b>	<b>-</b>	<b>3.675</b>
<b>Total geral</b>			<b>3.706</b>	<b>12</b>	<b>3.718</b>	<b>14.700</b>	<b>50</b>	<b>14.750</b>

### **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado era de R\$ 111.185 corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010.

Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0477.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado era de R\$ 16.875, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de maio de 2011, que ocorrerá em parcelas mensais, sendo o prazo de financiamento é de 168 meses e a última parcela com vencimento em 15 de abril de 2025.

A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes a receita da Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas nos contratos de empréstimos.

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES nº 08.2.0976.1	12.987	690	(9.740)	(664)	3.273
BNDES nº 10.2.0477.1	1.763	98	(1.322)	(94)	445
<b>Total</b>	<b>14.750</b>	<b>788</b>	<b>(11.062)</b>	<b>(758)</b>	<b>3.718</b>

	31/12/2022	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2023
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES nº 08.2.0976.1	22.501	1.559	(9.667)	(1.406)	12.987
BNDES nº 10.2.0477.1	3.056	218	(1.313)	(198)	1.763
<b>Total</b>	<b>25.557</b>	<b>1.777</b>	<b>(10.980)</b>	<b>(1.604)</b>	<b>14.750</b>

## 12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	544	268
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	350	282
<b>Total - Imposto de renda e contribuição Social a recolher</b>	<b>894</b>	<b>550</b>
Programa de Integração Social - PIS	89	64
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	409	295
Outros	43	66
<b>Total - Outros tributos a recolher</b>	<b>541</b>	<b>425</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 31/12/2023	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Imposto de Renda diferido - Extensão da Concessão	3.611	145	3.466
Contribuição Social diferida - Extensão da Concessão	1.300	52	1.248
	<b>4.911</b>	<b>197</b>	<b>4.714</b>

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 - Intangível, cujo os valores são amortizados mensalmente. A realização desde saldo foi diluída ao longo dos períodos apresentados abaixo de acordo com o novo prazo de concessão.

A estimativa das parcelas de liquidação do passivo diferido é conforme o mapa abaixo:

	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Estimativa de Liquidação IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	3.031	3.466
Estimativa de Liquidação CSLL diferida - Extensão	52	52	52	1.092	1.248
	<b>197</b>	<b>197</b>	<b>197</b>	<b>4.123</b>	<b>4.714</b>

## 14 Provisões de constituição de ativo

	31/12/2023	31/12/2024
<b><u>Não circulante</u></b>		
Meio Ambiente	166	166
Máquinas e equipamentos	3.509	3.509
	<b>3.675</b>	<b>3.675</b>
<b>Total</b>	<b>3.675</b>	<b>3.675</b>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

## **15 Provisão para contingências**

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** a Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 merecem destaques as seguintes demandas:
  - (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem 4 processos de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 483, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.
  - (ii) **Demandas Arbitrais:** 01 processo de natureza arbitral com valor inestimável, considerando a ausência de parâmetros objetivos no pedido postulado pela parte adversa.

Processo Arbitral: a empresa Lavrinhas celebrou contrato de fornecimento de energia, por meio do qual esta deveria fornecer, certa quantidade de energia por mês. Tal contrato foi cedido parcialmente a terceiro, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Companhia ingressou com ação de execução contra a empresa cedente e a cessionária, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais.

Tendo vista que o Contrato de Fornecimento de Energia possuía cláusula arbitral, a cedente, para poder apresentar seus embargos de devedor, instaurou um procedimento arbitral, requerendo o reequilíbrio do contrato ou a sua resolução para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas figure no polo passivo desta arbitragem, é ela credora do Contrato de fornecimento de energia.

- (iii) **Demandas Cíveis/Regulatórias/Ambientais:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

## 16 Partes relacionadas

### 16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas e os montantes reconhecidos no resultado são:

#### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Passivo circulante - partes relacionadas</u></b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A		-	47
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A		71	56
Dividendos declarados aos acionistas		6.469	5.928
		<b>6.540</b>	<b>6.031</b>
<b><u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u></b>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A		<b>112</b>	<b>156</b>

#### (B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Custo - partes relacionadas</u></b>			
Serviços Tomados - AF Energia S.A (*)	<b>19</b>	(529)	(729)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		556	(368)
		<b>27</b>	<b>(1.097)</b>

(\*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

A Companhia Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

### 16.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
Alupar	01/02/2008	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 08.209.761	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	11/03/2009	15/04/2025	111.185	3.273
Alupar	14/06/2010	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 10.204.771	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	08/09/2010	15/04/2025	16.875	445

### 16.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração de valor equivalente a até 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo (a)	(1.741)	(1.372)
Remuneração do conselho	(37)	(37)
<b>Total</b>	<b>(1.778)</b>	<b>(1.409)</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 17 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$ 95.224, dividido em 70.910.870 (setenta milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e setenta) ações ordinárias, conforme segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2024 e 31/12/2023	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S.A	43.252.860	61,00
Enixe Energias e Participações Ltda.	26.275.109	37,05
Acionista pessoa física	1.382.901	1,95
<b>Total das ações</b>	<b>70.910.870</b>	<b>100,00</b>

A acionista controladora da Companhia é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

### Reservas de Lucros

#### a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 12.506 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 11.144 em 31 de dezembro de 2023.

#### b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 91.453 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 78.046 em 31 de dezembro de 2023.

**c. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Em 27 de junho de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros referente a exercícios anteriores, no montante total de R\$ 15.369 pagos em dezembro de 2023.

Em 18 de dezembro de 2024 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante referente a exercícios anteriores total de R\$6.000, pago em dezembro de 2024..

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	27.238	24.958
Reserva legal	(1.362)	(1.247)
<b>Subtotal</b>	<b>25.876</b>	<b>23.711</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.469)	(5.928)
Reserva de lucros	(19.407)	(17.783)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 18 Receita operacional líquida

	<b>Nota</b>	<b>Mwh</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Mwh</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>					
Suprimento de energia - ambiente livre		193.686	63.365	209.484	56.652
Ajuste positivo CCEE			710		498
	<b>21</b>	<b>193.686</b>	<b>64.075</b>	<b>209.484</b>	<b>57.150</b>
<b>Deduções</b>					
PIS - Programa de integração social			(417)		(373)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(1.922)		(1.720)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica			(124)		(114)
			<b>(2.463)</b>		<b>(2.207)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>61.612</b>		<b>54.943</b>

## 19 Custos e despesas operacionais

		31/12/2024		31/12/2023		
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	
<b>Custos não gerenciáveis</b>						
	Encargos de uso da rede elétrica	(1.362)	-	(790)	-	
		<b>(1.362)</b>	<b>-</b>	<b>(790)</b>	<b>-</b>	
<b>Custos gerenciáveis</b>						
	Energia comprada para revenda	(10.222)	-	(6.755)	-	
	Doações, contribuições e subvenções	(9)	-	(221)	(3)	
	Seguros	(636)	(16)	(635)	(13)	
	Alugueis	(133)	(25)	(263)	(20)	
	Pessoal	(2.118)	(1.030)	(2.231)	(966)	
	Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	(1.778)	-	(1.409)	
	Material	(944)	(17)	(600)	(18)	
	Serviços de Terceiros	(5.086)	(1.353)	(5.258)	(1.400)	
	Serviços de Terceiros - partes relacionadas	16.1	-	(729)	-	
	Outros	(43)	(514)	(25)	(10)	
	Outras Receitas Operacionais	-	24	-	3	
		<b>(19.720)</b>	<b>(4.709)</b>	<b>(16.717)</b>	<b>(3.836)</b>	
	<b>Depreciação e Amortização</b>	8 e 9	(7.121)	(70)	(7.229)	(71)
		<b>(7.121)</b>	<b>(70)</b>	<b>(7.229)</b>	<b>(71)</b>	
	<b>Total</b>	<b>(28.203)</b>	<b>(4.779)</b>	<b>(24.736)</b>	<b>(3.907)</b>	

## 20 Resultado financeiro

Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas Financeiras</b>		
11.b	(788)	(1.777)
	(4)	(5)
	(23)	(42)
	<b>(815)</b>	<b>(1.824)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
	1.793	2.678
	-	17
	-	1
21	<b>1.793</b>	<b>2.696</b>
	<b>978</b>	<b>872</b>

(\*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquida dos impostos.

## 21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Apuração Lucro Presumido</b>					
Faturamento e Liquidação CCEE	18	64.075	64.075	57.150	57.150
		8%	12%	8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%		<b>5.126</b>	<b>7.689</b>	<b>4.572</b>	<b>6.858</b>
Receita financeira	20	1.793	1.793	2.696	2.696
Outras receitas operacionais		22	22	-	-
<b>Base de cálculo IR e CS</b>		<b>6.941</b>	<b>9.504</b>	<b>7.268</b>	<b>9.554</b>
Alíquota		15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ		10%	-	10%	-
<b>Total dos tributos correntes</b>		<b>1.711</b>	<b>856</b>	<b>1.792</b>	<b>860</b>
Tributos diferidos	13	(146)	(52)	(322)	(116)
<b>Total dos tributos</b>		<b>1.565</b>	<b>804</b>	<b>1.470</b>	<b>744</b>

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	56	56	299	299	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	1	1	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	12.959	12.959	8.943	8.943	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	3.194	3.194	3.407	3.407	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	6.939	6.939	5.146	5.146	-	Custo amortizado
	<b>23.148</b>	<b>23.148</b>	<b>17.796</b>	<b>17.796</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	2.215	2.215	2.285	2.285	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	3.718	3.718	14.750	14.750	-	Custo amortizado
	<b>5.933</b>	<b>5.933</b>	<b>17.035</b>	<b>17.035</b>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **Hierarquia do valor justo**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

### **Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros**

#### ***Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimentos de curto prazo		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
CDI	12.959	560	838	1.118	1.398	1.678
Títulos e valores mobiliários		138	207	276	345	414
CDI	3.194					

#### ***Análise de sensibilidade das dívidas***

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros (a.a)	Posição em 31/12/2024 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
BNDES nº 08.209.761	TJLP +	1,93%	3.263	3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
BNDES nº 10.204.771	TJLP +	2,22%	443	172	226	280	334	389
				25	32	39	47	54

(\*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custo de captação

### **Gestão de riscos:**

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### ***Risco de crédito***

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

#### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

#### ***Risco de Descontratação***

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

#### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

#### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes

com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

## 23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de o valor de R\$ 1.094 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 975 em 31 de dezembro de 2023.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/ baixas		
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
	5.928	(11.928)	-	12.469		6.469
11.b	14.750	(11.820)	788	-		3.718
	212	(59)	8	22		183
	<u>20.890</u>	<u>(23.807)</u>	<u>796</u>	<u>12.491</u>		<u>10.370</u>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>						
	<b>20.890</b>	<b>(23.807)</b>	<b>796</b>	<b>12.491</b>		<b>10.370</b>

\* \* \*